

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Journal de Brasília

Class.:

Data:

08/05/92

Pg.:

Área Sararé pode ser desimpedida logo

Banco Mundial pressionou governo do Mato Grosso para que a operação de retirada dos garimpeiros fosse realizada

BANCO MUNDIAL PRESSIONA GOVERNO DO MATO GROSSO A RETIRAR GARIMPEIROS DA ÁREA INDÍGENA SARARÉ. E ADIA APROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE 204 MILHÕES DE DÓLARES AO ESTADO.

PRESSIONADO, GOVERNADOR DO MATO GROSSO, JAIME CAMPOS, PROMETE INICIAR A OPERAÇÃO DE RETIRADA DOS GARIMPEIROS NO DIA 10 DE MAIO.

Ameaçado de perder um financiamento de 204 milhões de dólares do Banco Mundial para um projeto agroecológico do Estado do Mato Grosso, o governador Jaime Campos enviou ontem à Funai carta em que promete iniciar, a partir de domingo, a operação de retirada dos 6 mil garimpeiros instalados na Área Indígena Sa-

raré (oeste do MT).

Durante reuniões realizadas em Washington com representantes do Banco Mundial na semana passada, o governador Jaime Campos foi surpreendido com a notícia de que o Banco adiou a aprovação do empréstimo de 204 milhões de dólares ao projeto de desenvolvimento agroecológico do Estado do Mato Grosso (PRODEAGRO) até a retirada completa dos garimpeiros que ocupam ilegalmente a Área Indígena Sararé. A votação do empréstimo estava prevista para o dia 26 de maio e ainda não foi estabelecida uma nova data. Em uma carta encaminhada ao Banco Mundial, as influentes entidades ambientalistas americanas Environmental Defense Fund e World Wildlife Fund e 13 entidades indigenistas brasileiras denun-

ciam ao Banco Mundial o "acordo" feito por Jaime Campos com os garimpeiros, permitindo-lhes que continuassem explorando ouro em terras indígenas.

Segundo Steve Schwartzman, diretor internacional da Environmental Defense Fund, a Divisão de Meio Ambiente teme que, às vésperas da ECO-92, estoure o escândalo de que o Banco Mundial está "financiando" o projeto de um governo que é conveniente com a invasão garimpeira de uma área indígena e com a degradação ambiental. O Itamaraty também pediu a Jaime Campos que solucionasse a questão dos índios Sararé o mais rápido possível a fim de evitar um constrangimento para o governo brasileiro.

Poucas horas depois de Jaime Campos ter garantido aos diretores

executivos do Banco Mundial que a questão do Sararé estava "praticamente solucionada", as entidades ambientalistas americanas exibiram um vídeo mostrando os danos ambientais causados pelo garimpo na Área Indígena, a poluição com mercúrio e assoreamento dos rios, o desmatamento de mais de 200 hectares de floresta e entrevistas em que lideranças garimpeiras falam do acordo feito com Jaime Campos, e da garantia que receberam deste de que poderiam continuar a garimpar em área indígena, já que traziam "progresso econômico" para a região.

O "acordo" feito por Campos em 10/03/92 viola decisão judicial da 9ª Vara Federal de Brasília, proferida em 18/12/91, que determinou a retirada imediata de todos os garimpeiros in-

vasores da área indígena. A Funai e o Ibama se preparavam para cumprir a decisão judicial quando foram surpreendidos com a notícia de que Jaime Campos havia "abençoado" o garimpo, o que levou ao aumento vertiginoso do número de invasores. O juiz da 9ª Vara, Mário César Ribeiro, já expediu carta precatória ao juiz da 2ª Vara Federal em Cuiabá, Lindoval Marques de Brito, pedindo-lhe que de cumprimento à medida judicial, e intime a Superintendência da Polícia Federal em Cuiabá para que ofereça à Funai e ao Ibama toda a assistência necessária à operação de retirada.

A Área Indígena Sararé situa-se no oeste do Mato Grosso, na divisa com Rondônia, tem 68 mil hectares e nela vivem cerca de 70 índios Nambiquara, do subgrupo Katitauru ou Sararé.